

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Maria Helena Gonçalves Soares Borges

**Ensino de Gênero na Escola: o debate educacional sobre o Plano
Municipal de Educação na cidade de São Paulo em 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia

São Paulo

2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Maria Helena Gonçalves Soares Borges

**Ensino de Gênero na Escola: o debate educacional sobre o Plano
Municipal de Educação na cidade de São Paulo em 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Educação, curso de Pedagogia, como exigência parcial para obtenção do diploma de **Pedagogo**, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

Orientadora: Prof^a. Dra. Mônica Fátima Valenzi Mendes

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Sistema de Bibliotecas e Informação

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

BORGES, Maria Helena Gonçalves Soares. *O Ensino de Gênero na Escola: o debate educacional sobre o Plano Municipal de Educação na cidade de São Paulo em 2015.* Maria Helena Gonçalves Soares Borges – 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia, como exigência parcial para obtenção do diploma de Pedagogo, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Orientadora: Prof^ª. Dra. Mônica Fátima Valenzi Mendes.

Palavras-chave: Questão de Gênero, Plano Municipal de Educação, Feminismo, Conservadorismo.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – CURSO DE PEDAGOGIA

Maria Helena Gonçalves Soares Borges

ENSINO DE GÊNERO NA ESCOLA: O DEBATE EDUCACIONAL SOBRE O
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO EM 2015

BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientadora: Prof^ª. Dra. _____

1º Examinador: Prof. Dr. _____

2º Examinador: Prof. Dr. _____

São Paulo, 26 de novembro de 2015

SÃO PAULO

2015

Agradecimentos

Ao meu companheiro de jornada Marco Antonio, meus filhos Isadora e Arthur, minha sobrinha Thais, meus pais Tereza e Sebastião e a irmã Miriam que sempre estiveram presentes na longa caminhada desta graduação. Muitos obstáculos foram impostos durante esses últimos anos, mas graças a vocês eu não fraquejei. Muito obrigada pelo apoio e carinho.

À minha orientadora, Dra. Monica Fátima Valenzi Mendes, que acreditou no projeto; que ouviu pacientemente minhas considerações partilhando comigo as suas ideias, conhecimento e experiências e que sempre me motivou e pela forma humana com que conduziu a orientação.

Aos docentes do curso de Pedagogia, pela convivência harmoniosa, pelas trocas de conhecimento e experiências que foram tão importantes na minha vida acadêmica/pessoal. Agradeço-os imensamente pela contribuição de cada um na minha formação.

A professora Dra. Abigail Alvarenga Mahoney, pela paixão à profissão docente. Sua maneira de ser e estar no mundo, muito contribuiu para minha formação.

A minha amiga Pary, pela paciência, dedicação, incentivo e sabedoria que muito me auxiliou para conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos amigos e colegas da PUCSP, pelo incentivo e pelo apoio constantes, me proporcionando forças para que eu não desistisse de ir atrás do que eu buscava para minha vida.

Nesta hora de encerramento de uma etapa muito especial, em que a alegria por estar terminando se junta ao cansaço, torna-se difícil lembrar-me de todos os amigos e colegas que participaram comigo dessa jornada, mas de uma maneira muito sincera, agradeço a todos que de uma forma ou de outra colaboraram para a realização dessa monografia.

“O fruto de um trabalho de amor atinge sua plenitude na colheita,
e esta chega sempre no seu tempo certo”.

Autor desconhecido

RESUMO

Esta pesquisa se volta para o estudo da Questão de Gênero na escola. Focou em observar a retirada das prerrogativas legais do Plano Municipal de Educação (PME), que garantiam a inclusão da questão de Gênero no ensino fundamental. Teve como problema “Quais os argumentos utilizados para embasar a alteração do texto do PME da cidade de São Paulo para retirar a palavra “gênero” do documento final?”. O objetivo geral buscou assinalar como o Ensino de Gênero é tratado pelo PCN e a polêmica discussão sobre sua regulamentação, na cidade de São Paulo em 2015, junto à construção do PME. Dessa maneira, acompanhou as discussões para aprovação do PME da cidade de São Paulo, e os debates que antecederam a retirada da expressão “ensino de gênero” do documento. O trabalho apresenta aspectos da legislação brasileira e o histórico sobre o surgimento do conceito de gênero e sua inclusão no currículo escolar. Considerou-se que a participação de diferentes setores na construção da sociedade é uma das características de uma sociedade democrática. Entretanto, verifica-se que de um lado, nem sempre a representação dos diferentes interesses se dá de maneira pacífica, e de outro que o que deve prevalecer é a garantia do exercício da cidadania e o respeito a todos, e nem sempre é o que ocorre.

Palavras Chave: Questão de Gênero, Plano Municipal de Educação, Feminismo, Conservadorismo.

ABSTRACT

This research tackles the study of Gender Issues at school. It was focused on observing the removal of legal prerogatives from the County Education Plan (PME), which ensured the inclusion of gender issues in elementary school. It has had as a problem: "Which are the used arguments to base the PME's text alteration in the city of São Paulo to remove the word "gender" from the final document?". The main objective sought to mark how the Gender Teaching is treated by PCN and the polemical discussion regarding its regulation, in the city of São Paulo in 2015, along with PME's construction. This way, it accompanied the discussions for PME's approval in the city of São Paulo, and the debates which were followed by the removal of the expression "gender teaching" from the document. The work presents aspects of Brazilian legislation and the record regarding the origins of the gender concept and its inclusion in school register. It was considered that the participation of different sectors in the society construction is one of the characteristics in a democratic society. Nevertheless, it is verified that, on one hand, not always is the representation of different interests pacific, whilst on the other hand, what should prevail is the guarantee of citizenship exercise and respect to all, which is not what always occurs.

Keywords: Gender Issues, County Education Plan, Feminism, Conservatism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1 – A LEGISLAÇÃO E OS DOCUMENTOS: O QUE DIZEM	12
1.1PCN	16
1.2Relações De Gênero	23
1.2.1. O Conceito de Gênero – antecedentes históricos.....	24
1.3Plano Municipal de Educação	27
CAPÍTULO 2 - O TRATAMENTO DA QUESTÃO DE GÊNEROS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO	32
2.1 – Orientações da Secretaria Municipal	35
CAPÍTULO 3 – QUESTÕES DE GÊNERO:O DEBATE: PRÓS E CONTRAS..	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	47

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país no qual ainda temos uma série de problemas decorrentes de visões e comportamentos que vão contra os Direitos Humanos. Crimes ligados à homofobia e violência sexual contra as mulheres aparecem frequentemente nos noticiários. Apesar de a legislação ter avançado em algumas questões, como a criação *Lei Maria da Penha*, que garante às mulheres um tratamento diferenciado nas questões de violência doméstica, o país ainda está longe de ter um tratamento igualitário à população. Os números da violência contra mulheres e homossexuais são muito altos.

Em 2013, o Senado publicou os dados de uma pesquisa feita em todo o país sobre a violência contra as mulheres, esta pesquisa revelou,

que mais de 13 milhões e 500 mil mulheres já sofrera algum tipo de agressão (19% da população feminina com 16 anos ou mais). Destas, 31% ainda convivem com o agressor. E pior: das que convivem com o agressor, 14% ainda sofrem algum tipo de violência. Este resultado, expandido para a população brasileira, implica em dizer que 700 mil brasileiras continuam sendo alvo de agressões. (BRASIL, SENADO FEDERAL, 2013, p.2).

Pelos dados percebemos que

Aproximadamente uma em cada cinco brasileiras reconhece já ter sido vítima de violência doméstica ou familiar provocada por um homem. Os percentuais mais elevados foram registrados entre as que possuem menor nível de escolaridade, as que recebem até dois salários-mínimos, e as que têm idade de 40 a 49 anos. (BRASIL, SENADO FEDERAL, 2013, p.4)

Outro problema que nossa sociedade enfrenta é o aumento dos crimes de homofobia, estes tiveram um número crescente de denúncias conforme apontou o *Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil*, feito pelo documento da Secretaria de Direitos Humanos, do Governo Federal. Ele revela que em 2012

foram registradas pelo poder público 3.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos. Em setembro ocorreu o maior número de registros, 342 denúncias. Em relação a 2011 houve

um aumento de 166,09% de denúncias e 46,6% de violações, quando foram notificadas 1.159 denúncias de 6.809 violações de direitos humanos contra LGBTs, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. (BRASIL, 2012, P. 18)

Estes dados revelam que para uma grande parcela da população, a violência ainda é um instrumento natural para a correção de “desvios” de comportamento.

Posturas marcadas pela predominância do poder masculino em detrimento do feminino refletem os valores de uma sociedade que se caracteriza pela hegemonia do homem branco, heterossexual e cristão. Nesse contexto, não temos espaço para inclusão de pessoas que tenham uma orientação sexual que não se encaixe dentro dos parâmetros que tenham como base modelo feminino/masculino. Os modelos que embasam esta postura são calcados em formas rígidas e excludentes, que não toleram diferenças com relação aos comportamentos tradicionais.

A educação é um grande instrumento para a mudança da sociedade, por meio do conhecimento o homem pode alterar seu ambiente, tornando-o melhor e construindo um país mais justo. A Constituição brasileira de 1988 em diversos de seus artigos prevê a construção da cidadania, e indica diversos instrumentos para tal, dentre eles destaca-se a Educação. Ela possui um papel fundamental na construção do cidadão e é capaz de evitar que os números da violência, apresentados acima, diminuam.

Em 1997, foram publicados pelo MEC os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCN), exigência do artigo nº 210 da Constituição Brasileira, que determina que deveriam ser

fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. (BRASIL, 1988).

Este documento contemplou o tópico “Orientação Sexual”, como tema transversal que deve ser tratado do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental de nove anos, revelando a preocupação de uma educação mais

ampla destinada à formação cidadã que prevê os mesmos direitos a todos os brasileiros. Este princípio está garantido na Constituição no Art.3º item IV que traz como prerrogativas “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (BRASIL, 1988).

A inclusão deste tema revela a preocupação com a formação voltada para uma educação integrada e que se volta para levar aos pequenos conhecimentos sobre o desenvolvimento dos seus corpos, o surgimento da sexualidade e ainda apresentar os cuidados necessários com a saúde.

Os temas transversais auxiliam as crianças a perceber que temas aparentemente desconectados do currículo podem e devem se relacionar com os conhecimentos desenvolvidos na escola.

Em 2015 presenciamos uma série de debates envolvendo a questão, isto se deu a partir da necessidade da regulamentação da Legislação Federal que inclui a questão de gênero no currículo escolar.

Na cidade de São Paulo acompanhamos uma grande discussão que antecedeu a aprovação do Plano Municipal de Educação (PME). Parcelas da sociedade se organizaram e pressionaram a Câmara dos Deputados para excluírem do PME o ensino de Educação Sexual e Questão de Gênero.

Os grupos contrários ao PCN, compostos por setores ligados a Igreja Católica e a Igreja Evangélica, e ainda setores conservadores se colocaram contra o ensino de Educação Sexual, e tinham como um dos principais argumentos o direito das famílias se responsabilizarem pelo tema, sendo essas as únicas responsáveis pela questão.

Para uma parcela conservadora a inclusão da questão de gênero seria uma profanação moral, um incentivo à prática homossexual, um estímulo à pedofilia, e ainda um desrespeito aos princípios morais e cristãos. Entretanto, a inclusão do assunto no currículo escolar, e dentro deste o tratamento de conteúdos voltada à questão de gênero, vai muito além das justificativas morais apresentadas.

Contudo, a Constituição Brasileira garante em seus princípios que não deve haver distinção de raça e sexo, sendo assim cabe à escola oferecer as bases para uma educação igualitária que garanta a igualdade entre todos os brasileiros.

Dessa forma, essa pesquisa visa compreender e relembrar o percurso da inserção do estudo de gênero na grade curricular das escolas brasileiras, e refletir sobre o debate que se faz neste momento em alguns setores que entendem não ser tema a ser tratado em sala de aula, ou seja, que pede a exclusão da Questão de Gênero na Escola.

É interessante ressaltar que após a ditadura militar a sociedade brasileira se organizou para a reconstrução da democracia no país. O processo de redemocratização e a construção de uma nova Constituição contaram com a organização de diferentes setores da sociedade que se organizaram, e conseguiram incluir no projeto suas demandas. A Constituição de 1988 trouxe grandes avanços nos campos sociais e as questões ligadas à cidadania participativa. O setor educacional foi remodelado trazendo uma perspectiva educacional voltada para uma formação mais ampla e cidadã, levando em consideração a extensão territorial do Brasil, suas diferenças regionais e ainda aspectos culturais de nossa sociedade. Os planos de educação preveem a inclusão de temas ligados à cultura indígena e aos povos de matriz africana, pilas da formação cultural brasileira e que até então não ocupavam um espaço dentro da carga curricular.

Assim como a diversidade cultural passa a fazer parte da grade curricular, a Educação Sexual e as Questões de Gênero passam a integrar parte dos conteúdos transversais a serem abordados no Ensino Fundamental, sendo, inclusive, temas tratados no vol. 10 dos PCN.

Conforme a legislação brasileira, os PME devem regulamentar as prerrogativas educacionais vindas do governo federal. Porém, acompanhamos recentemente um grande debate na sociedade civil o qual mostrou que uma parcela da sociedade era contra o tratamento de temas ligados ao gênero em sala de aula.

Dessa maneira, o trabalho focou em observar a retirada das prerrogativas legais do PME, que garantiam a inclusão da questão de Gênero no ensino fundamental. E o problema da pesquisa se apresentou: “Quais os argumentos utilizados para embasar a alteração do texto do PME da cidade de São Paulo para retirar a palavra “gênero” do documento final?”

É importante esclarecer que o documento final foi votado pela Câmara Municipal em 25 de agosto de 2015.

O objetivo geral foi mostrar como o Ensino de Gênero é tratado pelo PCN e a polêmica discussão sobre sua regulamentação, na cidade de São Paulo em 2015, junto à construção do PME.

Como objetivos específicos verificaram-se:

- descobrir como se deu o processo de regulamentação do ensino de gênero;
- analisar, partindo da legislação sobre o tema, como a questão de gênero se apresenta na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), chegando ao Plano Municipal de Educação (PME);
- compreender como a questão de gênero se introduziu na área da educação, e como esta foi tratada por meio de indicações de materiais da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo;
- acompanhar as discussões sobre a versão preliminar e a exclusão de trechos que faziam referência sobre a questão de gênero.

A metodologia foi realizada por pesquisa documental, pois a intenção era verificar os documentos oficiais e legais sobre educação. Consultaram-se documentos do MEC, o PNE e as orientações sobre a elaboração do PME. Examinaram-se também alguns teóricos da educação que tratam da questão de gênero na escola. Além disso, procedeu-se à pesquisa bibliográfica buscando material na internet, vídeos e livros sobre o tema, e os argumentos dos grupos contrários ao estudo de gênero.

Dessa maneira, o trabalho foi organizado em 03 capítulos. No capítulo 01 apresentam-se o que diz a legislação sobre o tema, a partir da Constituição

de 1988 e a instituição da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, e a criação do Programa Nacional Curricular (PCN) de 1997 que oficialmente instituiu no currículo nacional a inclusão dos temas transversais o estudo de Orientação Sexual e dentro deste o Estudo de Gênero. Oferece-se ainda o conceito de gênero e seus antecedentes históricos.

No capítulo 02 abordam-se a Questão de Gênero e como ela aparece em alguns documentos da Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo. Selecionam-se alguns textos teóricos destinados aos professores.

No capítulo 03 expõem-se as discussões que ocorreram na cidade de São Paulo relacionadas à aprovação do Plano Municipal de Educação (PME). Elencam-se os prós e contras que surgiram diante da pressão de setores conservadores da sociedade que se colocaram contra o estudo de gênero, e conseguiram aprovar a exclusão da expressão “Questão de Gênero” do PME, que foi votado pelos Vereadores da cidade em 25/08/2015.

Finalmente, apresentam-se as considerações finais.

CAPÍTULO 1 – A LEGISLAÇÃO E OS DOCUMENTOS: O QUE DIZEM

Conforme a *Constituição Brasileira* de 1988, em seus Princípios, no artigo 3º temos os objetivos fundamentais da República, e no item IV encontramos como prerrogativas “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (BRASIL, 1988)

Cabe ao Estado promover a igualdade e zelar para que a educação crie as condições para o desenvolvimento da cidadania por meio da educação. Esta promoção será fomentada pela escola, e a escolha de seus conteúdos programáticos, assim como a criação de currículos que garantam a todos um ensino voltado à prática e defesa dos direitos.

O art.210, que trata sobre a educação e os conteúdos mínimos para o ensino fundamental, menciona o ensino religioso, porém ele é facultativo, sendo que o Estado brasileiro é laico, o texto traz a seguinte descrição

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (BRASIL, 1988)

A *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as novas bases e diretrizes da educação brasileira. Criada em consonância com a Constituição ela estabelece uma série de alterações ao sistema educacional. Sistema que havia sido alterado no regime militar, e que retirou disciplinas e fez alterações nos currículos visando uma redução do senso crítico, ocultando saberes e mascarando visões históricas.

A LDB é fruto do processo de redemocratização e reflete vários dos anseios da população brasileira por um novo sistema educacional mais

inclusivo e plural, esse foi o primeiro passo na direção de um novo sistema educacional mais amplo e voltado para o ensino democrático.

A LDB em seus princípios estabelece em seu artigo 2º que a educação é

dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>)

Destaca-se que o acesso e a igualdade estão contemplados, assim como a garantia por meio legal a diversidade de “ideias e concepções” como rege o artigo 3º

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância. (BRASIL, 1996, <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>)

Este foi um importante passo na direção de se estabelecer os conteúdos apresentados por meio de linhas que oferecem orientações didáticas da educação no país, o documento trouxe uma série de orientações aos profissionais da área educacional, definindo e conceituando temas que até então não se encontravam na grade curricular oficial.

Uma das inovações propostas pelos PCN são os Temas Transversais que incluem uma nova abordagem de forma didática acerca da diversidade cultural do país, que indica tratar de maneira horizontal as diferenças regionais, valorizando os saberes presentes em nosso vasto território. O documento trata não só das áreas tradicionais como: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Artes, Educação Física; mas também se amplia ao tratar da Pluralidade Cultural e Orientação Sexual e do Meio Ambiente e Saúde.

Publicado em 1997, ou seja, um ano após a LDB, os PCN foram escritos e idealizados num momento no qual o país se deparava com a epidemia da AIDs. A inclusão da Orientação Sexual, como tema transversal, visava proporcionar uma formação mais ampla diante do aumento da gravidez indesejada entre adolescentes, e também se preocupava principalmente com as doenças sexualmente transmissíveis, especialmente, com o aumento do número de portadores do vírus HIV entre adolescentes.

O documento revelou a necessidade da formação de crianças e adolescentes para a vida sexual sadia e segura. Em meio a um contexto no qual a sexualidade é tratada de forma banal e erotizada pelos veículos de comunicação como a televisão, a publicidade e livros; cabe à escola atualizar seus conteúdos e fortalecer os vínculos com a ação crítica e reflexiva sobre o tema. O documento defende que o

tratamento da sexualidade nas séries iniciais visa permitir ao aluno encontrar na escola um espaço de informação e de formação, no que diz respeito às questões referentes ao seu momento de desenvolvimento e às questões que o ambiente coloca. (BRASIL, 1997, p. 107).

A questão de gênero também é abordada no PCN. Esta visa ajudar a compreensão de uma sexualidade que se situa fora dos padrões de normalidade “feminino e masculino”. O tema, polêmico para muitos educadores, ainda carece de estudos mais detalhados sobre sua conceitualização. Entretanto, é importante destacar que já em 1997 a questão aparece em um documento nacional de orientação para professores.

1.1 - PCN

Os PCN em suas páginas iniciais, aquelas que antecedem o corpo específico dos volumes, trazem um texto de abertura assinado por Paulo Renato Souza (Ministro da Educação), nesta pequena introdução, destinada aos professores, fica claramente delimitada a importância do documento que foi elaborado para introduzir uma mudança de postura diante do fazer

pedagógico. Na especificação dos objetivos temos como ponto de partida a indicação de que o objetivo é auxiliar o professor

na execução de seu trabalho, compartilhando seu esforço diário de fazer com que as crianças dominem os conhecimentos que necessitam para crescerem como cidadão plenamente reconhecidos e conscientes de seu papel em nossa sociedade (...) oferecendo à criança brasileira pleno acesso aos recursos culturais relevantes para a conquista da cidadania. Tais recursos incluem tanto os domínios do saber tradicionalmente presentes no trabalho escolar quanto as preocupações contemporâneas com o meio ambiente, com a saúde, com a sexualidade e com questões de ética relativas à igualdade de direitos, à dignidade do ser humano e à solidariedade. (BRASIL, 1997, p. 04)

Destaca-se a importância da educação para a cidadania, a qual deve ser introduzida já nas primeiras séries do ensino fundamental. A criação e introdução de novos temas que extrapolem o “*saber tradicional*” incluem entre eles uma educação para a *sexualidade, a dignidade e a solidariedade*.

Nos “*Objetivos Gerais do ensino Fundamental*” encontra-se as indicações do trabalho voltadas para que os alunos sejam capazes de

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania. (BRASIL, 1997, p.06)

Fica clara a preocupação com uma nova formação, voltada para aspectos que se relacionam com a cidadania e as relações sociais. A escola nesse sentido passa a incorporar em sua formação conteúdos que contribuirão para o crescimento pessoal de cada aluno, sem esquecer o caráter humanista da formação que se volta para a construção de uma sociedade mais justa.

A *participação social e política* e os *direitos civis e sociais* são valores que durante o período anterior, a ditadura militar, foram duramente

desrespeitados, porém a partir do PCN¹ passaram a ser, oficialmente, retomados e colocados como conteúdos nacionais que visam a construção da formação de novos cidadãos.

Na segunda parte da publicação que envolve os “Os conteúdos de Pluralidade Cultural para o primeiro e segundo ciclos”, menciona uma série de indicações para o tratamento de temas voltados, tanto para a diversidade cultural e a pluralidade presente na cultura brasileira, como para os aspectos que envolvem questões de cidadania, organização política e direitos da criança.

As questões relativas à *Orientação Sexual* integram o mesmo volume, essas surgem como um único bloco, subdividido em duas partes. Na apresentação temos um texto assinado pela *Secretaria de Educação Fundamental*, nele encontramos as seguintes orientações sobre os trabalhos voltados para sexualidade nas primeiras quatro séries do ensino fundamental

O tratamento da sexualidade nas séries iniciais visa permitir ao aluno encontrar na escola um espaço de informação e de formação, no que diz respeito às questões referentes ao seu momento de desenvolvimento e às questões que o ambiente coloca.

O objetivo deste documento está em promover reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, bem como pais e responsáveis, com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica no desenvolvimento dos alunos, levando em conta os princípios morais de cada um dos envolvidos e respeitando, também, os Direitos Humanos. (BRASIL, 1997, p.107)

A escola é um local não só de *informação* no qual se tem acesso há uma grande quantidade de conteúdos sobre a sexualidade, mas também é o lugar onde se terá uma *formação* que implica na reflexão contínua e entendimento dos *conteúdos* relacionados ao ambiente. O texto deixa claro que as questões apresentadas são voltadas a fomentar a compreensão não só das

¹Cabe lembrar que os PCN foram publicados em 1997, ou seja, antes da lei nº 11.274/2006 que ampliam o ensino fundamental para 9 anos, e que os anos iniciais passaram a contar com 5 anos.

crianças, mas, sobretudo, dos alunos presentes no processo pedagógico que envolve os pais, os professores e técnicos. A finalidade não é a de inculcar ideais, mas sim sistematizar de forma conjunta ensinamentos que promovam os *princípios morais e os Direitos Humanos*.

Na “Justificativa” o documento discorre sobre a importância da inclusão da Educação Sexual, tema que foi abordado a partir de demandas da sociedade, reforçando que a “retomada contemporânea dessa questão deu-se juntamente com os movimentos sociais que se propunham, com a abertura política, a repensar sobre o papel da escola conteúdos por ela trabalhados” (BRASIL, 2001, p. 111). O documento também coloca que a necessidade da inclusão do tema no currículo nacional advém do crescente número de casos de gravidez na adolescência e do aumento dos casos de adolescentes portadores do vírus HIV. O texto destaca que, a

partir de meados dos anos 80, a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumentou devido à preocupação dos educadores com o grande crescimento da gravidez indesejada entre as adolescentes e com o risco da contaminação pelo HIV (vírus da AIDS1) entre os jovens. (BRASIL, 1997, p.77)

A inclusão do tema não foi realizada de maneira aleatória, e segundo o texto uma pesquisa Data Folha revela que muitas famílias tinham dificuldade em lidar com os assuntos ligados à sexualidade. A equipe responsável pela elaboração do PCN “Orientação Sexual”, juntamente com o Ministério da Educação tiveram uma preocupação com a posição dos pais diante do tema, pois se relata no documento que no início

acreditava-se que as famílias apresentavam resistência à abordagem dessas questões no âmbito escolar, mas atualmente sabe-se que os pais reivindicam a orientação sexual nas escolas, pois reconhecem não só a sua importância para crianças e jovens, como também a dificuldade de falar abertamente sobre esse assunto em casa. Uma pesquisa do Instituto Data Folha, realizada em dez capitais brasileiras e divulgada em junho de 1993, constatou que 86% das pessoas ouvidas eram favoráveis à inclusão de Orientação Sexual nos currículos escolares. (BRASIL, 1997, p. 77)

Diferentemente dos argumentos contrários ao ensino de Orientação Sexual na escola, o PCN que trata do tema não deixa de mencionar as

famílias, e sua importância na educação das crianças em relação aos assuntos ligados à sexualidade, o próprio documento assinala que

toda família realiza a educação sexual de suas crianças e jovens, mesmo aquelas que nunca falam abertamente sobre isso. O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de “cuidados” recomendados, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem são carregados de determinados valores associados à sexualidade que a criança apreende. (BRASIL, 1997, p.77)

Os valores da família serão determinantes na educação das crianças e no caso da sexualidade é no âmbito privado que esses valores são transmitidos, o documento ressalta que o

fato de a família ter valores conservadores, liberais ou progressistas, professar alguma crença religiosa ou não e a forma como o faz determina em grande parte a educação das crianças. Pode-se afirmar que é no espaço privado, portanto, que a criança recebe com maior intensidade as noções a partir das quais construirá sua sexualidade na infância. (BRASIL, 1997, p.77)

Entretanto outras informações influenciam a construção da sexualidade, esta advém dos meios de comunicação, com principal destaque para a TV e a internet. A crescente propagação de erotismos e sexualização da infância acabam influenciando as crianças. Independente da postura moral das famílias cabe à escola tratar do assunto que gira em torno da sexualidade de maneira educativa e crítica. Cabe aos professores esclarecer e questionar sobre as representações propagadas pela televisão, alertando sobre a veiculação massiva de conteúdo sexual que muitas vezes é apresentado como mais um produto a ser consumido. O documento destaca isso enfatizando que a

TV veicula propaganda, filmes e novelas intensamente erotizados. Isso gera excitação e um incremento na ansiedade relacionada às curiosidades e fantasias sexuais da criança. Há programas jornalísticos/científicos e campanhas de prevenção à AIDS que enfocam a sexualidade, veiculando informações dirigidas a um público adulto. As crianças também os assistem, mas não podem compreender por completo o significado dessas mensagens e muitas vezes constroem conceitos e explicações errôneas e fantasiosas sobre a sexualidade. (BRASIL, 1997, p.78)

Os critérios de seleção sobre os temas a serem abordados nas aulas e/ou projetos ligados à Orientação Sexual, são indicados por meio de assuntos que consideram a curiosidade natural das crianças sobre reprodução, sexualidade, puberdade e adolescência e todas outras questões que possam surgir em torno do assunto. Cabe aos professores esclarecer as dúvidas e fazer uma reflexão sobre o comportamento de meninos e meninas nas questões tratadas. A partir das reflexões sobre a realidade, muitas questões ligadas ao tratamento de gênero irão emergir.

Os temas não devem ser escolhidos aleatoriamente, as indicações que devem nortear os professores baseiam-se numa ligação com a realidade e o meio social, devendo apresentar:

- relevância sociocultural, isto é, conteúdos que correspondam às questões apresentadas pela sociedade no momento atual;
 - consideração às dimensões biológica, psíquica e sociocultural da sexualidade, buscando contemplar uma visão ampla e não-reducionista das questões que envolvem a sexualidade e o seu desenvolvimento no âmbito pessoal;
 - possibilidade de conceber a sexualidade de forma saudável, prazerosa e responsável.
- (BRASIL, 1997, p.78)

Percebe-se que há uma preocupação em ampliar a visão de sexualidade, que vai além da visão clássica ligada à reprodução. Temos uma definição inovadora que trata a sexualidade segundo dois conceitos: “organismo e corpo”. Segundo esta abordagem, temos um entendimento corporal que vai além dos mecanismos biológicos. A introdução desses conceitos oferece a possibilidade de uma ampliação de entendimentos no qual o organismo está ligado ao aspecto biológico da vida, enquanto que o corpo se relaciona com a subjetividade que é construída e depende de seu entorno. Assim, o corpo é

concebido como um todo integrado, de sistemas interligados e inclui emoções, sentimentos, sensações de prazer/desprazer, assim como as transformações nele ocorridas ao longo do tempo. Há que se considerar, portanto, os fatores culturais que intervêm na construção da percepção do corpo, esse todo que inclui as dimensões biológica, psicológica e social. (BRASIL, 1997, p. 96)

Esta abordagem do corpo, que extrapola os aspectos físicos e biológicos, integra os sentimentos e emoções e acaba por apresentar uma nova forma de se perceber e olhar para si e para o outro diante do mundo. O corpo assim apresentado está relacionado com a psique, as emoções e os sentimentos, uma visão integrada possibilita ao aluno se perceber com maior amplitude diante de seu ambiente social. Dessa forma o conhecimento da sexualidade leva um distanciamento crítico dos modelos introduzidos pela propaganda e televisão. O entendimento do funcionamento corporal levará as crianças a uma maior conscientização dos cuidados com a saúde e alimentação. Os conteúdos trabalhados no ciclo básico visam a levar os alunos a uma compreensão e entendimento das transformações ocorridas na puberdade. Ao inserir estes conteúdos, essa abordagem

deve facilitar às crianças maior contato, conhecimento e conseqüentemente a apropriação de seu próprio corpo; a partir daí, propiciar a extensão desse conhecimento para o corpo em transformação do adolescente e o corpo do adulto, destacando então as potencialidades reprodutivas. (BRASIL, 1997, p.97-8)

O PCN trabalha com blocos distintos que devem seguir critérios que partem de princípios que norteiam a vivência da sexualidade, o trabalho deve se basear por questões vivenciadas no âmbito social, mantendo o “que pode ser prazerosamente aprendido, descoberto e/ou inventado no espaço da privacidade de cada um.” (BRASIL, 2001, p.95). Os critérios indicados para os trabalhos são

- relevância sociocultural, isto é, conteúdos que correspondam às questões apresentadas pela sociedade no momento atual;
- consideração às dimensões biológica, psíquica e sociocultural da sexualidade, buscando contemplar uma visão ampla e não-reducionista das questões que envolvem a sexualidade e o seu desenvolvimento no âmbito pessoal;
- possibilidade de conceber a sexualidade de forma saudável, prazerosa e responsável. (BRASIL, 1997, p. 95)

Quanto aos conteúdos, a organização está dividida em três blocos, quais sejam,

- *Corpo: matriz da sexualidade*

- *Relações de gênero*
- *Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS. (P.95)*

Estes blocos devem conter os seguintes conteúdos:

- as transformações do corpo do homem e da mulher nas diferentes fases da vida, dentro de uma perspectiva de corpo integrada, envolvendo emoções, sentimentos e sensações ligadas ao bem-estar e ao prazer do autocuidado;
- os mecanismos de concepção, gravidez e parto e a existência de métodos contraceptivos;
- as mudanças decorrentes da puberdade: amadurecimento das funções sexuais e reprodutivas; aparecimento de caracteres sexuais secundários; variações de idade em que inicia a puberdade; transformações decorrentes de crescimento físico acelerado;
- o respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro;
- o respeito aos colegas que apresentam desenvolvimento físico e emocional diferentes;
- o fortalecimento da autoestima;
- a tranquilidade na relação com a sexualidade. (BRASIL,1997, p.98)

1.2 Relações De Gênero

O que interessa diretamente a este trabalho é a questão de gênero e o PCN ao tratar dessa questão apresenta uma conceituação que se alinha ao pensamento mais amplo na questão voltando-se para um olhar sociocultural e se afastando da visão meramente biológica. Apresenta como definição do conceito de gênero o

conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades a ambos. Mesmo com a grande transformação dos costumes e valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero. (BRASIL,1997, p.98-9)

A conceitualização de gênero não exclui as diferenças biológicas, porém dá maior amplitude, quanto à noção de diferenças que extrapolam a denominação de masculino e feminino.

Esta concepção não foi inventada por um grupo de pessoas que se colocam contra as características naturais, mas é fruto de uma série de estudos desenvolvidos no século XX e que levaram a evolução de uma linha de pensamento decorrente de todo um processo histórico. Esse teve início com as questões levantadas pelo movimento feminista.

1.2.1. O Conceito de Gênero – antecedentes históricos

No final do século XIX tem início na Inglaterra em 1897, período pós Revolução Industrial, um movimento contra a discriminação das mulheres. As primeiras ativistas lutavam para assegurar que as mulheres adquirissem o direito ao voto, elas foram nomeadas de “*suffragettes*” (em português “sufragistas”) termo que se referia ao Sufrágio Universal. Curiosamente este movimento foi iniciado por uma educadora chamada MillicentFaecett.

Neste período as mulheres, na Inglaterra ocupavam diversos postos de trabalho, alguns de destaque, como diretoras escolares, porém elas não possuíam o direito ao voto. As leis trabalhistas que se aplicavam às suas vidas eram feitas sem que estas tivessem alguma participação. Muitos dos parlamentares ingleses, que negavam os direitos ao voto feminino, se apoiavam nas bases filosóficas dos escritos de John Lock e David Hume, que diziam serem as mulheres incapazes de compreender o parlamento Britânico, e como consequência sem as competências necessárias ao voto.

O movimento que teve início com as *suffragettes* se intensificou e deu origem ao que hoje conhecemos como movimento feminista. Após uma longa luta pela igualdade de direitos, as mulheres inglesas conquistaram em 1918 o direito ao voto, ou seja, a menos de 100 anos.

A luta das inglesas influenciou outros países, nos Estados Unidos as trabalhadoras também iniciaram um movimento de luta pela igualdade de

oportunidades e melhorias trabalhistas. Durante o século XX as mulheres passaram a se organizar e a reivindicar maiores direitos sociais e trabalhistas. O feminismo se tornou uma bandeira, e na década de 60 ele atingiu uma nova fase denominada “segunda onda” (LOURO, 2003). Além das preocupações com os direitos das mulheres nas esferas sociais e políticas as feministas iniciam uma série de estudos e produções teóricas. Para combater com mais propriedade as acusações, as mulheres começam a ocupar um lugar de destaque em círculos até então dominados por homens.

Guacira Lopes Louro apresenta esta mudança de postura e discorre sobre este início afirmando que no “âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, será engedrado e problematizado o conceito de gênero.” (LOURO, 2003, p.15)

O Movimento de Maio de 1968, ocorrido na França, foi o grande detonador de novas correntes de pensamento que vieram se contrapor ao pensamento tradicional que norteava a política e a sociedade. A insatisfação de diversos setores da sociedade expressaram “sua inconformidade e desencanto em relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos, às grandes teorias universais, ao vazio formalismo acadêmico, à discriminação, à segregação e ao silenciamento.” (LOURO, 2003 p. 16)

O que se deu na França inspirou outros países, e a insatisfação e rebelião contra as correntes de pensamento vigentes eclodiram em diversos países como Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos entre outros. Houve uma verdadeira revolução intelectual no mundo ocidental. Novos aspectos passam a compor os estudos e dentre os temas que emergem em meio a este contexto está o feminismo, ou melhor os estudos sobre a mulher.

Autoras como Simone de Beauvoir e Kate Millett hoje são referências clássicas, elas foram feministas e militantes

participantes do mundo acadêmico vão trazer para o interior das universidades e escolas questões que as mobilizavam, impregnando e “contaminando” o seu fazer intelectual – como estudiosas, docentes e pesquisadoras – com a paixão política. Surgem os estudos da mulher. (LOURO, 2003 p. 16)

As pesquisas passam a se debruçar sobre a segregação social e política pelas quais as mulheres haviam passado e que levaram a uma “invisibilidade” social. O fato de as mulheres estarem sempre associadas ao âmbito doméstico, e sua atuação se restringirem apenas ao ambiente privado, conseqüentemente teve como resultado seu papel social desqualificado. Os estudos mostraram que desde muito tempo as mulheres exerciam atividades fora do lar, trabalhando nos campos, depois nas fábricas, e mais tarde nos escritórios, lojas, escolas e hospitais, elas mesmo participando da economia de mercado, ainda eram tratadas como incapazes. Suas atividades eram consideradas de apoio e o controle era feito pelos homens. Os estudos mostraram que a participação feminina era quase que inexistente dentro das ciências, letras e artes.

Surgiu então, uma série de publicações e grupos organizados para estudarem e difundirem as novas descobertas. Eram estudos sobre as

vidas femininas – formas de trabalho, corpo, prazer, afetos, escolarização, oportunidades de expressão e de manifestação artística, profissional e política, modos de inserção na economia e no campo jurídico – aos poucos vão exigir mais do que descrições e passarão a ensaiar explicações. (LOURO, 2003, p. 20)

Apoiadas em diferentes linhas de pensamento que vão desde as correntes marxistas passando pela psicanálise e estudos de história sejam em qual linha se enquadrem, os estudos tem como ponto em comum a explicação para a opressão feminina e construção de caminhos que levem a emancipação das mulheres.

Porém, o percurso das feministas sempre contou com oposições que desqualificavam suas pesquisas e produções. A principal delas está na justificação “natural” das desigualdades que se baseiam em aspectos biológicos, a distinção entre homens e mulheres. Essas diferenças que tem origem nas diferenças sexuais são levadas para o âmbito social naturalizando as desigualdades, seja “no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem “científica”, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender – justificar – a desigualdade social.” (LOURO, 2003, p.21)

Para contestar os argumentos baseados na naturalização das diferenças, que tem a constituição sexual como algo determinante, e que justifica a desigualdade e a dominação das mulheres pelos homens, surge o conceito de Gênero.

O conceito foi desenvolvido pelas feministas anglo-saxãs que tratam da questão por meio da linguagem. A linguagem é uma criação humana, que surge no período de evolução da espécie, é o marco que irá nos diferenciar de nossos ancestrais *Homo Erectus*, com criação da linguagem nossa espécie dá um salto na cadeia evolutiva, ela é uma ferramenta que organiza de forma analítica e política o mundo e as relações.

As feministas não negam as diferenças biológicas entre os sexos, mas enfatizam o que se diz sobre os diferentes sexos. Observam as consequências da nomeação e valorização das atividades e sua constituição no ambiente social. Como a sociedade construiu historicamente estas diferenças, o conceito se refere como são tratadas as diferenças e “como as características sexuais são compreendidas e representadas” (LOURO, 2003, p.22)

O conceito de Gênero deve ser entendido de maneira relacional, pois é dentro das relações sociais que os gêneros são construídos. O conceito se refere à construção social do sujeito por meio do que se “descreve e afirma” sobre si. Esta abordagem não diz respeito unicamente às mulheres, mas também se volta sobre o quê se afirma sobre os “homens”.

1.3 – Plano Municipal de Educação de São Paulo

O Plano Municipal de Educação é um documento que tem por objetivo traçar as metas da educação para o município. Sua validade é de dez anos e visa criar uma política de educação que não esteja sujeita a mudanças de governo. Segundo as diretrizes encontradas no Documento Norteador para Elaboração de Plano Municipal de Educação – PME do portal do MEC que orientam a elaboração do PME tem-se as seguintes orientações sobre os participantes da elaboração do projeto:

Devem participar deste processo educativo de elaboração, o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Ministério Público e a Sociedade Civil Organizada. Como sugestão, estamos indicando nos itens a seguir, uma relação de órgãos e entidades, cuja participação poderá contribuir com o processo de discussão e elaboração do referido plano.

3.1 - Poder Executivo

- Prefeitura, Secretaria de Educação, e outras como Secretaria de Saúde, Assistência Social, do Trabalho, de Justiça e de Segurança, da Fazenda e do Planejamento etc;
- Representante do Conselho Municipal de Educação, do Conselho Estadual de Educação e de outros Conselhos, tais como: Conselho do Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, Conselho Tutelar, Conselho do Direito da Criança e do Adolescente, Conselho da Alimentação Escolar;
- Representante da Secretaria Estadual da Educação e das Delegacias Regionais de Ensino.

3.2 - Poder Legislativo

- Câmara de Vereadores, especialmente as Comissões de Educação, Cultura e Esportes, Família e Seguridade Social, Orçamento e Finanças;
- Tribunal de Contas, etc.

3.3 - Ministério Público

- Promotorias e Procuradorias

3.4 - Sociedade Civil Organizada

- Entidades ligadas à educação (estaduais, municipais ou representações locais de entidades nacionais), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – Uncme, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE;
 - Entidades nacionais, estaduais e municipais que, no âmbito do município, trabalham no campo das relações étnico-raciais, sindicatos, associações de alunos (União Nacional dos Estudantes – UNE, União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES, Centro Acadêmico etc.);
 - Instituições de Ensino Superior;
 - Associações e Sindicatos de Profissionais da Educação, Associação de Diretores de Escolas, Associação de Supervisores de Ensino;
 - Associações (Associação de Pais e Professores – APP, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae, Associação de Pais e Mestres – APM);
 - Fórum de Educação Infantil;
 - Fundações ligadas à Educação, Pastoral da Criança, Pastoral do Menor, Lions Clube, Rotary, Associação de Bairro e outros.
- (BRASIL, 2005, p. 21-22)

O PME é um importante documento que deve ser elaborado de maneira participativa, e conforme as orientações do Ministério da Educação assim estarão garantidas o exercício da democracia.

No ano de 2015, a cidade de São Paulo aprovou seu plano decenal, que traça as metas da educação do município até 2025, este foi aprovado em meio a uma série de discussões polêmicas, que giraram em torno da “Questão de Gênero”.

Conforme as indicações do MEC o documento votado pela Câmara dos Vereadores seguiram as indicações que garantiriam uma escrita participativa, segundo o portal Aprendiz do site UOL

Após mais de dois mil encontros de construção coletiva – realizados desde 2007 com comunidades escolares, educadores, movimentos sociais e universidades –, o Plano Municipal de Educação (PME) de São Paulo foi aprovado ontem (25/8), na segunda e derradeira votação na Câmara dos Vereadores. (MEKARI, disponível em <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/08/26/sao-paulo-aprova-plano-municipal-de-educacao-sem-medidas-de-combate-discriminacao-nas-escolas/>>)

O documento que chegou ao plenário foi alterado, e o ponto polêmico foi a retirada de trechos que seguiam as orientações do PCN na abordagem de gênero.

A oposição se deu por meio da posição da bancada evangélica e grupos católicos que questionaram a validade do conceito de gênero, chamando-o de “ideologia de gênero”. Esta discussão será ampliada no capítulo 3.

Elencamos algumas das principais alterações. A primeira diz respeito aos investimentos, o que mudou:

META 1

Como era:

Ampliar o investimento público em educação incorporando por acréscimo, quando da regulamentação federal, os recursos provenientes da previsão do financiamento da Educação determinado na Meta 20 do Plano Nacional de Educação, objetivando o atendimento ao disposto no artigo 203 da Lei Orgânica do Município de São Paulo. (BEDINELLI, disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/26/politica/1440543070_471531.html>)

Como ficou:

Ampliar o investimento público em educação, aplicando no mínimo 33% (trinta e três por cento) da receita resultante de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino e em educação inclusiva. (BEDINELLI, disponível em<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/26/politica/1440543070_471531.html>)

Percebe-se uma alteração significativa na redação que retira o termo "gênero". O que mudou:

Retirou a referência ao artigo 203 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, que diz o seguinte: "É dever do Município garantir a educação igualitária, desenvolvendo o espírito crítico em relação a estereótipos sexuais, raciais e sociais das aulas, cursos, livros didáticos, manuais escolares e literatura". (BEDINELLI, disponível em<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/26/politica/1440543070_471531.html>)

Outra alteração que elimina a possibilidade de abordagens de gênero é a retirada do documento da citação ao *Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH*, documento elaborado com a contribuição da sociedade civil e representantes dos movimentos sociais;

META 3.13

Como era:

Implementar a Educação em Direitos Humanos na Educação Básica e as ações educacionais previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, observando as diretrizes curriculares nacionais. (BEDINELLI, disponível em<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/26/politica/1440543070_471531.html>)

Como ficou:

Implementar a Educação em Direitos Humanos na Educação Básica, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação e preconceito, em consonância com o inciso III do art. 2º do Plano Nacional de Educação, aprovado na forma da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014. (BEDINELLI, disponível em<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/26/politica/1440543070_471531.html>)

O que mudou:

Retirou a menção ao Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que traziam a palavra gênero e colocou a referência ao Plano Nacional de Educação, que não traz a palavra. (BEDINELLI, disponível em<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/26/politica/1440543070_471531.html>)

CAPÍTULO 2 - O TRATAMENTO DA QUESTÃO DE GÊNEROS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

A Escola, o currículo, gênero e as diferenças sexuais.

A reflexão sobre o tema tem como ponto de partida a questão da identidade, e como esta é tratada no ambiente escolar. Para a autora Guacira Lopes Louro, que tem trabalho sobre as interferências do currículo na formação da identidade dos alunos, destacamos a reflexão sobre a questão de gênero dentro do contexto escolar.

A autora trabalha com a origem dos questionamentos sobre as diferenças sociais entre os gêneros masculino e feminino, denunciando que estas questões surgem de teorias feministas americanas na década de 60, defende que

estudiosas feministas vêm buscando acentuar o caráter fundamentalmente social de tais diferenças; vêm procurando demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas sim tudo o que se diz ou pensa sobre elas, tudo o que representa, valoriza ou desvaloriza em relação aos sexos que, efetivamente, constitui o masculino e o feminino numa dada sociedade e num dado momento histórico. (LOURO, 1999, p. 85-6).

O feminismo mostrou que o ser “feminino” abrange uma série de diferenças, que se encontram e se constituem por meio de muitas variáveis que envolvem a cultura, a classe social, etnia, raça, nacionalidade, identidade, sexualidade etc.

A autora cita Stuart Hall, intelectual inglês de origem jamaicana, um dos fundadores da Escola de Estudos Culturais britânicos, e que vê nas diferenças uma das grandes marcas das sociedades pós-modernas. As diferenças são as bases da formação de uma identidade múltipla, nas quais o sujeito se constrói enquanto administra as diferentes correntes que podem se articular de “modos conflitantes ou contraditórios” (LOURO, 1999, p. 87).

No convívio escolar as crianças se deparam com as diferenças, que existem entre os colegas e tem contato com as primeiras formas estruturadas de hierarquia. Sendo assim, os currículos, as

normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processo de avaliação constituem-se em espaços da construção das “diferenças” de gênero, de sexualidade, de etnia, de classe. Por meio de mecanismos frequentemente imperceptíveis e “naturalizados”, a linguagem institui e demarca lugares. (LOURO, 1999, p.88).

A escola é uma destas instituições responsáveis pela produção ou reprodução das diferenças sexuais, com toda a sua carga de desigualdade e distinções que elas possam apresentar. Nela poderemos encontrar não só, os discursos constituintes do sujeito masculino ou feminino, mas também, a sua ausência, ou seja, um enorme silêncio sobre o que não se enquadra dentro do modelo tradicional. Esse silêncio funciona como uma marca da não existência, um mecanismo de negação do que causa desconforto.

Dessa maneira, a escola apresenta modelos e práticas de comportamento que ajudarão na construção das identidades dos sujeitos. Por meio da construção da linguagem, e mais especificamente na construção do discurso, que irá nomear, qualificar ou adjetivar as ações, teremos a base dos agentes formadores de identidades.

Os discursos apresentam uma série de mecanismos de reiteração, valorização ou negação de comportamentos modelares para a formação do indivíduo. Assim, mecanismos

frequentemente imperceptíveis e “naturalizados”, a linguagem institui e demarca lugares (não apenas pelo ocultamento do gênero feminino ou da sexualidade homossexual, mas também, pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos, pelo uso ou rejeição do diminutivo, pela escolha dos verbos, pelas associações e pelas analogias feitas em relação a determinadas qualidades, atributos ou comportamentos). (LOURO, 1999, p. 88).

O currículo não dá conta da diversidade de saberes presentes na nossa história. Ele acaba universalizando saberes que não são naturalmente de todos. Neste aspecto nos deparamos com questões de valores impostos por uma ciência que de certa forma é parcial, e acaba contemplando uma pequena parcela da sociedade.

Os processos de constituição de gênero e da sexualidade, a forma "correta" de como se deve vivenciar a masculinidade ou feminilidade são temas que despertam certa vigilância e controle, e que desembocam numa série de normas sociais. Estas normas acabam ignorando comportamentos homossexuais e acabam excluindo do espaço escolar as diferenças representadas por este grupo. A ausência de debates confirma a negação da existência dessas diferenças.

Nos livros didáticos ainda encontramos uma série de modelos que excluem grupos significativos da nossa sociedade, a sua presença em muitos casos naturalizam posturas preconceituosas com relação aos negros, indígenas e homossexuais.

Encontramos ainda uma predominância do universo masculino que se liga ao fazer e ao mundo do público; enquanto que as representações do universo feminino se voltam para os afazeres domésticos no âmbito privado. A representação familiar padrão tem como base um casal heterossexual com dois filhos.

As disparidades com a realidade também estão presentes em relação às questões de etnia e produções regionais. A leitura e análise de grande parte do material apresentado aos alunos pelo livro didático mostra um mundo calcado numa matriz branca, heterossexual e sem diferenças regionais.

Para a autora a ausência de outros modelos dificulta o reconhecimento de pessoas que "não se enquadram" neste esquema. O fato de apresentar uma ou várias diferenças do padrão, pode levar aos que não se aproximam deste quadro, as denominações de "sujeitos que não obedecem a esta lógica dicotômica o caráter de desviantes, problemáticos ou patológicos" (LOURO, 1999, p. 90)

Desta forma a escola estaria atrelando sexualidade ao gênero, temas distintos que quando tratados de uma maneira dicotômica acabam gerando censura e vigilância em nome da busca da “normalidade”.

Louro ainda atenta para a questão de como os homossexuais se reconhecem diante deste quadro. Como ficariam os alunos *gays* dentro de um contexto escolar e curricular que não os reconhecem? Como tratar do tema que normatiza um único tipo de sexualidade, ignorando os desvios da norma? Este tipo de conduta acaba levando a obrigatoriedade de uma escolha entre posturas e saberes que são aceitos pela sociedade, e muitas vezes não são compatíveis com as subjetividades.

A escola e o currículo apresentam no seu cotidiano diferentes práticas que a partir de expressões e silêncios constroem os lugares da sociedade “produzem-se identidades de gênero e sexuais, identidades de classe e de etnia, marcadas pela diferenciação e pela hierarquia” (LOURO, 1999, p. 91)

2.1 – Orientações da Secretaria Municipal de São Paulo

É interessante demarcar que a Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo, em parceria com a Coordenadoria Especial da Mulher, lançou em 2003 o caderno *Gênero na Educação – Caderno de apoio para a educadora e o educador*. Destinados aos professores e composto por diversos artigos de especialistas que teve como objetivo dar subsídios para o trabalho em sala de aula sobre as questões de gênero.

A publicação trouxe subsídios teóricos e pedagógicos, com sugestões de atividades, material bibliográfico e sugestão de vídeos. O trabalho também se debruçou sobre a apresentação das disciplinas e os modos de como tratar e se discutir a questão usando os temas transversais. O desafio da contemplação no cotidiano e construir um olhar para a igualdade.

Logo na introdução, assinada pela Secretária Municipal da Educação, Cida Perez, encontramos um discurso com grande teor feminista assinalando que o “caderno mostra para os alunos que histórias do tipo *lugar*

de mulher é na cozinha, e que homem não chora ou que ele trabalha e ela cuida dos filhos estão ultrapassados” (SÃO PAULO, 2003, p. 21).

Percebemos que esta publicação visa levar aos professores as mudanças decorrentes do emprego de novos conceitos criados a partir da introdução dos estudos feministas, e ainda levar aos profissionais da educação um novo olhar sobre a cultura e a sociedade. Os textos são embasados nas discussões contemporâneas e apresentam um novo olhar para o papel da mulher e sua colocação na sociedade. No texto *Educar para a Igualdade*, de Tatu Goudinho (Coordenadoria Especial da Mulher) destaca-se que a

escola deve incorporar, em suas práticas educativas, iniciativas que introduzam conscientemente, como estratégia de socialização, a meta da igualdade de gênero e de extinção de práticas sexistas. Com esse objetivo é que nos propusemos a dar passos nesta direção, com a produção de vídeos, textos de apoio como instrumentos práticos de intervenção pedagógica. (GOUDINHO, 2003, p. 13).

O conceito de gênero é amplamente discutido, e surge em meio aos vários textos, escritos por diferentes autoras. No primeiro deles, em que não há assinatura de autoria, deduz-se ser um texto da própria secretaria, encontra-se a seguinte definição.

Quando falamos em *gênero* ou *relações de gênero*, referimo-nos à construção social das identidades feminina e masculina e à forma de relação social que se estabelece entre mulheres e homens, entre mulheres entre si e homens entre si. (SÃO PAULO, 2003, P. 17)

No segundo texto, assinado por Nalu Faria e Míriam Nobre depara-se com o seguinte

O conceito de gênero busca explicar as relações entre mulheres e homens. Ele surgiu após muitos anos de luta feminista e de formulação de várias tentativas de explicações teóricas sobre a opressão das mulheres. (FARIA e NOBRE, 2003, p.40)

No texto de Claudia Viana localiza-se

...O androcentrismo impregna os pensamentos científicos, filosóficos, religiosos e político há muito tempo, levando a crer que não há outro modo de ser (...)

Para criticar esse modelo explicativo, fundado no determinismo biológico, feministas forjam, no final dos anos 60 do século passado, o conceito de gênero, contrapondo-o ao sexo. O objetivo é ressaltar o caráter cultural e histórico das diferenças entre os sexos. A adoção do conceito de gênero, historicamente construído, é um passo importante para sairmos das explicações das desigualdades a partir de fundamentações que se baseiam nas diferenças físicas, biológicas. As relações entre os sexos são construídas socialmente e, portanto, podem ser mudadas, assim como a hierarquia entre homens e mulheres. (VIANA, 2003, p. 47)

Para a professora Heleieth I. B. Saffioti

O acervo de teorias, acumulado em três decênios de pesquisas feministas, permite a defesa de postura que advoga a construção social do gênero, a fim de se combater a escalada do pensamento conservador, altamente deletério ao avanço das lutas políticas pela igualdade social, desenvolvidas por categorias sociais discriminadas. (SAFFIOTI, 2003, P. 53)

Em todos os textos tem-se como referencial para o conceito de gênero a questão ligada a construção de relações sociais pautadas na igualdade entre os sexos, e a luta contra o preconceito. Com abordagens distintas, relacionando o conceito a diferentes aspectos educacionais que perpassam questões políticas e sociais ligadas ao conteúdo curricular, a publicação tenta levar uma formação politizada e crítica aos professores.

Os textos abordam os problemas relacionados à visão tradicional da divisão entre os sexos e as implicações desta divisão na sociedade. Temas como a tradicional divisão sexual do trabalho, em que as mulheres historicamente ocupam posições inferiores, a construção dos papéis sociais, trabalho doméstico não remunerado e a violência contra as mulheres, e ainda das relações de pessoas que fogem aos modelos centrados nas visões sexistas entre homens e mulheres.

A importância da educação como agente transformador da sociedade é outro ponto que perpassa todos os textos. As autoras destacam o papel e a

função social da educação, que muito mais do que transmissora de conteúdos deve se ter em vista que o fazer pedagógico ultrapassa a simples transmissão de conteúdo. Com um viés extremamente engajado nas mudanças de padrões e conceitos, a publicação visa levar aos professores um maior arcabouço de informações para o entendimento da questão de gênero.

Entretanto, percebe-se que falta maior aprofundamento nas questões que levaram aos processos históricos antropológicos que resultaram na elaboração e criação do conceito de gênero. A explicitação dos conceitos apenas não basta para o entendimento e compreensão da grande importância sociológica e filosófica que o conceito de gênero representa.

A Secretaria Municipal de Educação, em 2003 já apontava uma preocupação com o tema, e elaborou um material para que os professores trabalhassem em sala de aula. Ela elaborou subsídios para as escolas, não só na direção da formação teórica do professor, mas também prática, já que junto com o livro o professor recebia uma espécie de gibi educativo direcionado aos alunos no qual todos esses temas estavam propostos para debate em sala de aula e na família.

CAPÍTULO 3 – QUESTÕES DE GÊNERO – O DEBATE: PRÓS E CONTRAS

Comissão de Educação que apresentou o texto preliminar do PME à Câmara Municipal de São Paulo seguiu as diretrizes da Constituição de 1988, das Diretrizes Curriculares Nacionais e do PCN respeitando as orientações sobre o tratamento da questão de gênero. O texto também fazia referência a assuntos mencionados no Plano Nacional de Direitos Humanos que foi elaborado com a participação de movimentos sociais e o Ministério da Justiça.

O texto apresentado era fruto de uma construção coletiva que se iniciou em 2007, e contou com a participação de diversos grupos da sociedade civil, segundo o Portal Aprendiz, “foram mais de dois mil encontros de construção coletiva – realizados desde 2007 com comunidades escolares, educadores, movimentos sociais e universidades.” (MEKARI, disponível em <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/08/26/sao-paulo-aprova-plano-municipal-de-educacao-sem-medidas-de-combate-discriminacao-nas-escolas/>>).

O documento com o texto final apresentado à Câmara Municipal “*PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO - Proposta de Substitutivo ao PL nº 415/2012 - Versão Preliminar*” que em sua apresentação explicita que aquele documento era fruto das discussões feita entre educadores, entidades e organizações da sociedade civil, respondendo

ao anseio de que o Plano considerasse as deliberações da Conferência Municipal de Educação realizada em 2010, manifestado por educadores, entidades e organizações da sociedade civil que dela participaram, apresentamos o presente substitutivo, em relação às metas e estratégias para a discussão das audiências públicas que ocorrerão ao longo dos meses de agosto e setembro, visando ao aprimoramento do texto.(disponível em <http://pme.camara.sp.gov.br/Biblioteca/PDFs/substitutivo_PME_final.pdf>),

O primeiro documento faz alterações ao Projeto de Lei 415/2012. As modificações foram feitas devido às mudanças que ocorreram em 2014 no Plano Nacional de Educação – PNE (Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014).

As discussões começaram em junho de 2010 quando houve a Conferência Municipal de Educação, que contou com a participação de diversos setores da sociedade: ONGs, sindicato dos professores, profissionais da educação, estudantes e movimentos sociais. O encontro resultou num documento com 22 Metas para a Educação Municipal que foi encaminhada ao poder público. Após dois anos de atraso da proposta, votada na Câmara, com o texto apresentado pelo então prefeito Gilberto Kassab ignorou grande parte das sugestões. Na época houve um grande descontentamento dos setores envolvidos, pois a Conferência Municipal de Educação não deveria ser tratada como um órgão consultivo,

somente 10% do que foi definido em 2010 entrou no Plano”, denuncia o secretário do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo (Aprofem), Arnaldo Ribeiro. O presidente do Sindicato dos Especialistas em Educação (Sinesp), João Alberto Rodrigues, ressalta que a Conferência era deliberativa e não consultiva. “Isso era claro para quem estava lá, mas o governo não concordou com as decisões tomadas”, complementa. (RIBEIRO, disponível em <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2012/11/14/plano-municipal-de-educacao-de-sao-paulo-representa- apenas-10-das-decisoes-da-sociedade-civil/>>).

As ausências e mudanças diziam respeito em grande parte ao tratamento dado aos profissionais da área e a definição dos valores sobre os investimentos a serem destinados à área da educação.

Após oito audiências públicas o PME foi finalmente aprovado gerando o Projeto de Lei nº415 de 2012, o qual fixou as diretrizes para o período 2011/2020.

Em 2014 o Plano Nacional de Educação sofre alterações, e com isso o PME passou por uma nova reformulação. As discussões foram retomadas e voltou-se para incluir no novo Plano alguns dos avanços existentes quanto a questão de gênero. A apresentação do texto teve em sua escrita final a inclusão de mecanismos que zelassem pela igualdade de direitos e garantisse um tratamento da questão junto aos conteúdos curriculares.

No Art. 2º, em suas Diretrizes encontramos “VI - promoção da educação em direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;” (SÃO PAULO, acessível em <http://pme.camara.sp.gov.br/Biblioteca/PDFs/substitutivo_PME_final.pdf>)

O debate envolveu os diferentes grupos da sociedade civil e contou com a participação dos movimentos sociais. A inclusão da questão de gênero e a referência à *educação em direitos humanos* visava promover a superação das desigualdades, tendo em vista uma formação que atentasse para as implicações do preconceito e as consequências sociais que se expressam na violência contra mulheres e homossexuais.

Entretanto grupos ligados à igreja católica e a bancada evangélica desconsideraram o tratamento de gênero como um tema educacional.

Esses grupos passaram a nomear o tema como uma “ideologia de gênero” que contraria princípios morais e religiosos. Os argumentos apresentados desconsideraram os avanços históricos do feminismo taxando-os de doutrina. O tratamento dado à sexualidade, e abordagem à existência de diferentes orientações sexuais que não se encaixam na tradicional delimitação entre masculino e feminino foi ignorado. Também demonstraram desconsiderar os grupos ligados ao seguimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais), causando o embate.

Para o vereador Eduardo Tuma, que votou contra o texto apresentado pela Comissão de Educação, tem como justificativa de seu voto o fato de que as

crianças não podem ser vítimas de assédio ideológico. Não podemos ter uma doutrinação das crianças sobre a questão de gênero. Existem dois sexos o feminino e o masculino. É nisso que eu acredito, é isso que diz a Bíblia e a Constituição Federal. ... essa soma de minorias que constrói a maioria. Discutir o assunto é um ponto. Incluí-lo na grade e fazer com que haja uma doutrinação é outra. (SALVADORI, 2015, p. 24).

Outro argumento levado pelos vereadores que se posicionaram contrários ao texto se apoiam em visões puramente ligadas à princípios morais

e religiosos. Os protestos vieram de muitos grupos que se organizaram e criaram uma campanha contra o PME.

Um dos grupos organizados denomina-se “Somos Família”, este concentrou apoios de grupos evangélicos, de setores conservadores da igreja católica como o Instituto Plínio Correia de Oliveira, uma dissidência da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Para estes grupos o PME é algo a ser combatido, pois “Eles acusam a proposta do PME de estar contaminada pelo que chamam de “ideologia de gênero”, um conjunto de ideias que ameaçam destruir as famílias do Brasil.” (SALVADORI, 2015, p.26)

A votação final foi em 25 de agosto de 2015 e foi cercada por uma grande disputa. Assim como a primeira que aconteceu em 11 de agosto, a sessão foi tumultuada, grupos pró e contra a inclusão da questão de gênero debatiam. Nas galerias da plenária da Câmara dos Vereadores e do lado de fora manifestantes gritavam com carros de som e faixas.

O texto aprovado foi revisto pela Comissão de Finanças no começo de junho, e teve excluído do texto todas as menções à gênero e sexualidade. Segundo o Portal Aprendiz o texto aprovado excluiu todas as referências à educação sexual e a questões de gênero, resumindo, “o novo PME pretendia silenciar os defensores de uma educação sexual nas escolas da cidade.” (NOGUEIRA, 2015, disponível em <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/08/11/em-sao-paulo-primeiro-dia-de-votacao-do-plano-municipal-de-educacao-e-marcado-por-atritos-sobre-a-educacao-sexual/>>)

Abaixo temos um quadro com as propostas e o texto final

O PME e o gênero

Propostas da Comissão de Educação	O que foi aprovado
Promoção da educação em direitos humanos, com respeito à diversidade e à sustentabilidade socioambiental	Promoção da educação em direitos humanos. Promoção da educação em sustentabilidade socioambiental

Difusão dos princípios da equidade e do respeito à diversidade	Difusão dos princípios da equidade e da dignidade da pessoa humana e do combate a qualquer forma de violência
Analisar anualmente todos os indicadores educacionais com relação à renda, raça/etnia, sexo, campo/cidade, deficiências e aprimorar o preenchimento do quesito raça/cor e do nome social de estudantes travestis e transgêneros no Censo Escolar	Analisar anualmente todos os indicadores educacionais com relação à renda, raça/etnia, sexo, campo/cidade, deficiências e aprimorar o preenchimento do quesito raça/cor no Censo Escolar
Instaurar para as instituições escolares protocolo para registro e encaminhamento de denúncias de violências e discriminações de gênero e identidade de gênero, raça/etnia, origem regional ou nacional, orientação sexual, deficiências e intolerância religiosa, entre outras	Instaurar para as instituições escolares protocolo para registro e encaminhamento de denúncias de violências e discriminações de raça/etnia, origem regional ou nacional, deficiências, intolerância religiosa e todas as formas de discriminação
Promover ações contínuas de formação da comunidade escolar sobre sexualidade, diversidade, relações de gênero e Lei Maria da Penha, visando superar preconceitos, discriminação, violência sexista, homofóbica e transfóbica no ambiente escolar	Promover ações contínuas de formação da comunidade escolar visando superar preconceitos, discriminações e qualquer tipo de violência em ambiente escolar
Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero e étnico-racial	Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por qualquer forma de discriminação, violência e preconceito
Difundir propostas pedagógicas que incorporem conteúdos sobre sexualidade, diversidade quanto à orientação sexual, relações de gênero e identidade de gênero	Eliminado

(Fonte: Revista Apartes, n.16 ago/set. 2015)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação de diferentes setores na construção da sociedade é uma das características de uma sociedade democrática. Nem sempre a representação dos diferentes interesses se dá de maneira pacífica, porém o que deve prevalecer é a garantia do exercício da cidadania e o respeito a todos.

As discussões que envolveram recentemente a votação do PME da cidade de São Paulo é um exemplo de como um projeto construído coletivamente, e com participação de diferentes grupos sociais foi alterado em função de preceitos com fundamentos religiosos e morais.

Apesar das garantias previstas na Constituição e dos documentos do Ministério da Educação, que garantem o respeito aos direitos de igualdade entre todos, e orientam para a construção de uma educação voltada para a formação de cidadãos que busquem a superação das desigualdades, a votação do PME da cidade de São Paulo, ocorrido em 25 de agosto de 2015, mostrou que ainda estamos longe de uma democracia participativa na área da educação.

A exclusão da questão de gênero e as referências aos direitos humanos, que foram retirados do documento final, mostrou que uma parcela da sociedade dá as costas aos avanços históricos e conquistas que vem do século passado quanto à igualdade entre os sexos e a formação de identidades que não se atrelam a classificação entre os sexos com uma visão puramente biológica.

A interferência de valores religiosos numa sociedade laica não deveria prevalecer em assuntos tão importantes quanto os educacionais.

Como essa pesquisa revela a inclusão no PCN da educação sexual e da questão de gênero foram fruto de uma demanda social, a educação para evitar o crescimento da AIDS. Nota-se que a educação é uma das mais valiosas

ferramentas para a prevenção de doenças, e apenas o conhecimento acerca dos sintomas, não é suficiente para se brevar uma epidemia.

Ao se tratar de uma prática sexual que quando não se realiza dentro de cuidados pode gerar não só a transmissão de doenças, mas também causar uma gravidez indesejada, principalmente entre os jovens, a inclusão na grade curricular de temas destinados a sexualidade é de extrema importância. Acredita-se que é imprescindível que a educação aborde os processos de constituição da sexualidade, e junto com este assunto encontram-se como desdobramentos temas ligados a construção e igualdade entre os gêneros.

Instituições internacionais, como a UNESCO, indicam que a educação deva contribuir para o combate contra a violência e a desigualdade em todos os níveis. Para tanto, reconhecem a luta das mulheres em busca da igualdade de direitos, e veem nesse tema uma forma de se tratar de assuntos que passam pela homofobia, racismo e preconceito.

O debate ocorrido recentemente na cidade de São Paulo mostrou como o poder político pôde se sobrepor aos interesses educacionais. O primeiro texto do PME foi construído de maneira participativa, com setores ligados à educação e com representantes da sociedade civil, que coletivamente durante anos discutiram e levaram suas demandas para a construção em prol de uma educação comprometida com os problemas detectados. O plano também apontava para transformações necessárias para que por meio do conhecimento se pudessem incluir grupos que hoje são duramente desrespeitados, como as mulheres e o segmento LGBT.

Apesar de tudo isso, do tempo todo de elaboração e discussão do PME essas questões estarem presentes e serem consideradas fundamentais, prevaleceram os interesses de grupos conservadores, que simplesmente não reconheceram a importância da concepção de gênero e os avanços em termos de direitos que esta proposta abarca. A denominação por eles criada “ideologia de gênero” ao se referirem ao complexo entendimento da construção da sexualidade, e os possíveis desdobramentos das diferentes orientações sexuais, que vão muito além do feminino e masculino, mostra também como

crenças e valores religiosos podem interferir na construção de cidadãos mais livres e no exercício pleno da cidadania.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. *Juventudes e sexualidade. (Introdução)*. Brasília, UNESCO Brasil, 2004.

AQUISTAPE, Flávio. *Plano Municipal de Educação: Projeto enviado à Câmara de São Paulo não reflete as decisões da Conferência*. Portal Aprendiz/UOL 19/10/2012. Disponível em <http://portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2012/10/19/plano-municipal-de-educacao-projeto-enviado-a-camara-de-sao-paulo-nao-reflete-decisoes-da-conferencia/> Acessado em 06/11/2015.

BEDINELLI, Talita. *Por lobby religioso, São Paulo aprova plano de educação mais conservador*. El País. 25/08/2015, disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/26/politica/1440543070_471531.html Acessado em 30/09/2015.

_____. *Católicos e evangélicos em cruzada contra a palavra Gênero na educação*. El País. 11/06/2015. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/11/politica/1434059650_940148.html Acessado em 30/09/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acessado em 30/08/2015.

_____. Secretaria de Educação Básica. *Documento norteador para elaboração de Plano Municipal de Educação – PME / elaboração Clodoaldo José de Almeida Souza*. – Brasília : Secretaria de Educação Básica, 2005

_____. *Disposições Legislativas Sobre Gênero Na Educação: Guia prático para escolas e educadoras/es*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2006/elabpne.pdf>. Acessado em 27/10/2015.

_____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Gênero Diversidade sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. CADERNOS SECAD nº4. Brasília: Secad/MEC, 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno5.pdf Acessado em 03/10/2015.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>> Acessado em 30/08/2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>, Acessado em 10/08/2015.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano 2012*. Disponível em <http://www.sdh.gov.br/noticias/2013/junho/numero-de-denuncias-de-violencia-homofobica-cresceu-166-em-2012-diz-relatorio> Acessado em 03/10/2015

FARIA, Nalu, NOBRE, Míriam. Educação e gênero: parceria para a qualidade do ensino, in SÃO PAULO (Cidade). Secretaria do Governo Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher. *Gênero e Educação: caderno para professores*. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2003.

GOUDINHO, Tatau. Educar para a igualdade, in SÃO PAULO (Cidade). Secretaria do Governo Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher. *Gênero e Educação: caderno para professores*. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2003.

LOURO, Guaciara Lopes. *Gênero sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro, Vozes: 2003.

_____. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.) *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

MEKARI, Danilo. *São Paulo aprova Plano Municipal de Educação sem medidas de combate à discriminação nas escolas*. Portal Aprendiz/UOL. 26/08/2015. Disponível em <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/08/26/sao-paulo-aprova-plano-municipal-de-educacao-sem-medidas-de-combate-discriminacao-nas-escolas/>> Acessado em 30/09/2015.

NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. *Em São Paulo, primeiro dia de votação do Plano Municipal de Educação é marcado por atritos sobre a educação sexual*. Portal Aprendiz/UOL. Disponível em <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/08/11/em-sao-paulo-primeiro-dia-de-votacao-do-plano-municipal-de-educacao-e-marcado-por-atritos-sobre-a-educacao-sexual/>>. Acessado em 06/11/2015.

PACHECO, José Augusto. Currículo e gênero: políticas curriculares no masculino., in *Escrito Curriculares*. São Paulo: Editora Cortêz, 2006.

PEREIRA, Francisca Carla S.M.. *Escola e Sexualidade: Reflexões sobre a vida, saúde e prazer*, in BOMFIM, Maria do Carmo A., MATOS, Kelma Socorro L., Juventudes (org.). *Cultura de Paz e Violências na Escola*. Fortaleza, Editora UFC, 2006.

PEREZ, Maria Aparecida. Introdução, in SÃO PAULO (Cidade). Secretaria do Governo Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher. *Gênero e Educação*: caderno para professores. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2003.

RIBEIRO, Marjore. *Plano Municipal de Educação de SP representa apenas 10% das decisões da sociedade civil*. Portal Aprendiz/UOL. 14/11/2012. Disponível em <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2012/11/14/plano-municipal-de-educacao-de-sao-paulo-representa-10-das-decisoes-da-sociedade-civil/>>. Acessado em 30/09/2015.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Conceituando o gênero, in SÃO PAULO (Cidade). Secretaria do Governo Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher. *Gênero e Educação*: caderno para professores. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2003.

SALVADORI, Fausto. Questão de gênero, questão de gente. *Revista Apartes*, Revista da Câmara Municipal de São Paulo. n.16 ago/set. 2015. Disponível em

<<http://www.camara.sp.gov.br/apartes/revista-apatres/numero-16/questao-de-genero-questao-de-gente/>> Acessado em 30/09/2015.

SÃO PAULO, Câmara Municipal. *PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO* - Proposta de Substitutivo ao PL nº 415/2012

– Versão Preliminar. Disponível em

<[http://pme.camara.sp.gov.br/Biblioteca/PDFs/substitutivo PME final.pdf](http://pme.camara.sp.gov.br/Biblioteca/PDFs/substitutivo_PME_final.pdf)>
Acessado em 06/11/2015.

_____, (Cidade). Secretaria do Governo Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher. *Gênero e Educação: caderno para professores*. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2003.

VIANA, Cláudia. Educação e gênero: parceria necessária para a qualidade do ensino, in SÃO PAULO (Cidade). Secretaria do Governo Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher. *Gênero e Educação: caderno para professores*. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2003.

WIKIPEDIA - https://pt.wikipedia.org/wiki/Sufr%C3%A1gio_feminino